



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

GOVERNO ABERTO E EQUIDADE: Uma Análise Comparativa entre Canadá e Austrália à Luz da Governança Democrática

Ana Martinez Pimentel Deeke
Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC
anampdeeke@gmail.com

Douglas Gonçalves Schmitz
Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC
goncalvesschmitzdouglas@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os conceitos e práticas de governo aberto sob a perspectiva da equidade e da accountability, com base em quatro artigos acadêmicos e em uma análise comparativa dos planos de ação do Canadá e da Austrália no âmbito da Open Government Partnership (OGP). A partir de um referencial crítico, o estudo explora como os compromissos assumidos por esses países enfrentam ou reproduzem desigualdades sociais, étnicas, de gênero e territoriais. O trabalho utiliza metodologia qualitativa, fundamentada em análise documental dos planos e seus compromissos. Os resultados indicam avanços em mecanismos participativos e uso de dados desagregados, mas também evidenciam desafios persistentes de inclusão real e equidade estrutural.

Palavras-chave: Governo Aberto; Equidade; Accountability; Participação; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agenda de Governo Aberto tem se consolidado como uma estratégia de modernização administrativa e fortalecimento democrático. Com base em princípios como transparência, dados abertos, participação cidadã, colaboração e accountability, a proposta busca transformar as formas de relacionamento entre Estado e sociedade, promovendo maior confiança institucional e legitimidade das decisões públicas. A criação da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), em 2011, impulsionou essa agenda no cenário internacional, incentivando países a elaborarem planos periódicos com compromissos voltados à abertura e inovação na gestão pública.

No entanto, o discurso de governo aberto nem sempre resulta em mudanças substanciais. Como destacam autores da literatura especializada, há uma tensão recorrente entre a retórica participativa e a prática burocrática, muitas vezes centrada em processos simbólicos que não alteram relações de poder ou enfrentam desigualdades estruturais. Nesse contexto, surge a necessidade de incorporar a equidade como critério fundamental para avaliar a efetividade das iniciativas de governo aberto, considerando dimensões como gênero, raça, classe, território e outras formas de vulnerabilidade social.

Este artigo parte dessa perspectiva crítica para analisar comparativamente os planos de governo aberto de dois países: Canadá e Austrália. Ambos são membros ativos da OGP e possuem histórico de elaboração de planos nacionais com múltiplos compromissos voltados à transparência e participação. A escolha desses países se justifica pelo número de ciclos de planos já realizados e pela disponibilidade de informações sistematizadas, que possibilitam avaliar não apenas os compromissos em si, mas também os processos participativos, a composição dos fóruns e os mecanismos de inclusão adotados.

O objetivo central deste trabalho é compreender de que forma as propostas de governo aberto nesses dois países incorporam (ou não) ações voltadas à equidade e ao enfrentamento das assimetrias de poder. A análise articula o conteúdo de quatro artigos acadêmicos que discutem criticamente a agenda de governo aberto com uma leitura aprofundada de seis planos, três por país.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico baseado nos quatro textos selecionados, com destaque para os conceitos de governo aberto, equidade e accountability. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada para

a análise comparativa dos planos. Posteriormente, são apresentados os resultados da análise empírica, incluindo tabelas e discussões interpretativas sobre os compromissos dos países. Por fim, a seção de discussão aprofunda os principais achados e a conclusão sintetiza os argumentos centrais, apontando caminhos possíveis para fortalecer a equidade na agenda de governo aberto.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Governo Aberto e seus Princípios

O conceito de Governo Aberto tem se consolidado como um modelo de gestão pública orientado por valores como transparência, dados abertos, accountability, participação cidadã e colaboração. Segundo Breláz et al (2025) o Governo Aberto representa uma resposta à crescente demanda social por maior acesso à informação, controle social e co-produção de políticas públicas. A transparência, nesse contexto, não se restringe à disponibilização passiva de dados, mas inclui formas ativas de engajamento e incentivo ao uso das informações por parte dos cidadãos.

Esse modelo, no entanto, enfrenta desafios significativos para sua efetivação. Barreiras burocráticas, resistências institucionais, limitações técnicas e culturais, além da falta de vontade política, dificultam a implementação plena de seus princípios. Apesar do papel relevante das tecnologias como suporte às práticas de Governo Aberto, o artigo alerta que elas não devem ser confundidas com fins em si mesmas. A criação de valor público depende, sobretudo, da construção de um ambiente de confiança mútua entre Estado e sociedade civil, e da institucionalização de mecanismos reais e contínuos de engajamento.

Complementando essa visão, Ramírez-Alujas (2025) interpreta o Governo Aberto como uma mudança de paradigma mais profunda, que se diferencia de inovações meramente incrementais. Para o autor, trata-se de um processo de transformação cultural do Estado, com potencial para reconfigurar a relação entre governo e sociedade. No contexto latino-americano, marcado por desigualdades estruturais, clientelismo e desconfiança institucional, o conceito de “governo relacional” surge como alternativa para fomentar uma horizontalidade entre atores públicos e cidadãos. Contudo, o autor também destaca os riscos de captura simbólica do discurso do Governo Aberto, quando este é adotado como retórica sem mudanças substantivas nas práticas de poder.

2.2 Governo Aberto, Poder e Inclusão

Apesar de seu caráter normativo progressista, o Governo Aberto não está imune a tensões e contradições, especialmente no que se refere ao poder e à inclusão social. Os artigos de Schommer e Quiñonez (2024) e Mariani e Bessa (2025) sobre contextos nacionais abordam de forma crítica os limites e riscos da implementação do modelo em realidades marcadas por assimetrias sociais.

Os autores Schommer e Quiñonez (2024) analisaram experiências locais no Brasil e na Colômbia e demonstraram que a participação cidadã, quando estruturada de forma inadequada, pode reproduzir ou até ampliar desigualdades preexistentes. Para que o Governo Aberto promova efetivamente justiça social, é necessário incorporar mecanismos de correção das assimetrias de poder e investir em formas robustas de monitoramento cidadão. A equidade, nesse sentido, torna-se parâmetro central para avaliar a efetividade das políticas abertas. O reconhecimento da diversidade social e da vulnerabilidade de certos grupos deve orientar a construção de políticas mais inclusivas e transformadoras.

Na mesma linha crítica, no artigo de Mariani e Bessa (2025) se evidencia como o discurso do Governo Aberto pode ser instrumentalizado por elites tecnocráticas, servindo à manutenção do status quo. Os autores argumentam que, em muitos casos, os processos de participação e transparência se tornam arenas simbólicas, com baixa capacidade de influenciar decisões reais. Isso revela uma distância significativa entre os princípios anunciados e a prática institucional, levantando dúvidas sobre a efetividade do modelo em contextos de forte concentração de poder. Sem uma abordagem crítica, o Governo Aberto corre o risco de legitimar desigualdades e reforçar estruturas excludentes sob o pretexto da modernização e da inovação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza analítica e comparativa. O objetivo é compreender como os princípios do Governo Aberto são incorporados nos planos nacionais da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP) da Austrália e do Canadá, a partir da análise de documentos oficiais. As principais fontes de dados são os próprios planos de ação desses países.

A análise foi conduzida com base em uma leitura crítica e estruturada dos documentos. Entre os critérios utilizados destacam-se aspectos como a composição dos fóruns

multissetoriais, a presença de menções explícitas à equidade, a definição de metas e indicadores, além de outros elementos que permitem avaliar o grau de aderência dos planos aos princípios do Governo Aberto. A comparação entre os dois casos foi sistematizada por meio de quadros, a fim de evidenciar convergências, diferenças e singularidades em cada contexto nacional.

Os documentos analisados são de acesso público e encontram-se disponíveis nos sítios oficiais da Parceria para o Governo Aberto (OGP) e dos governos da Austrália e Canadá. Os links de acesso para os planos de ação utilizados estão disponíveis nas referências do artigo e Quadros Comparativos compõe o corpo do artigo.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PLANOS DE GOVERNO ABERTO

4.1 Open Government Partnership – OGP

A Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP) é uma iniciativa internacional lançada em 2011 com o objetivo de promover governos mais transparentes, responsáveis, participativos e responsivos. A OGP reúne atualmente mais de 70 países e centenas de governos locais, além de organizações da sociedade civil, que atuam em parceria para desenvolver e implementar compromissos concretos voltados à melhoria da governança pública. A adesão à OGP pressupõe a aceitação de princípios fundamentais do governo aberto e o compromisso com a elaboração de planos nacionais periódicos, construídos de forma colaborativa entre governo e sociedade civil (Open Government Partnership [OGP], 2025).

O funcionamento da OGP baseia-se em um modelo de co-governança, no qual os países membros devem estabelecer fóruns multissetoriais para coordenar a elaboração, execução e monitoramento dos planos de ação. Esses planos geralmente têm duração de dois anos e incluem compromissos específicos com metas e indicadores mensuráveis. O progresso é avaliado por meio do Mecanismo de Relato Independente (IRM), que fornece análises imparciais sobre a implementação dos compromissos assumidos. A participação da sociedade civil é considerada central para garantir a legitimidade, a transparência e a efetividade do processo, reforçando o caráter colaborativo da OGP (OGP, 2025).

4.2 Caracterização dos Países e Planos Analisados

Tanto o Canadá quanto a Austrália são democracias consolidadas, com tradição de

institucionalidade robusta, alta capacidade estatal e políticas públicas voltadas à transparência e ao engajamento cidadão. Ambos integram a Parceria para Governo Aberto desde seus primeiros anos e vêm desenvolvendo planos nacionais com diferentes abordagens e ênfases (Governo do Canadá, 2024; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2024; Open Government Partnership [OGP], 2023).

O Canadá é uma federação parlamentarista, composta por dez províncias e três territórios, com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2024), forte tradição em direitos humanos e multiculturalismo. O país tem investido em iniciativas de dados abertos e inclusão digital, sendo reconhecido por sua política externa voltada à equidade de gênero e justiça social. Seus planos de Governo Aberto costumam destacar a participação de povos indígenas, a transparência fiscal e a inovação em serviços públicos. (Statistics Canada [STATCAN], 2022).

A Austrália, também uma federação parlamentarista, é composta por seis estados e dois territórios, com uma economia desenvolvida e foco em políticas de eficiência administrativa. O país apresenta avanços na digitalização governamental e na prestação de contas, embora enfrente desafios relacionados à inclusão de populações aborígenes e à participação cidadã em áreas remotas (Governo da Austrália, 2025). Os planos australianos de Governo Aberto tendem a priorizar a integridade pública, a transformação digital e a melhoria dos dados governamentais.

Ambos os países operam em contextos democráticos estáveis, porém com diferentes prioridades, contextos culturais e formas de organização federativa, o que influencia diretamente a formulação e implementação de seus respectivos planos na OGP.

Foram selecionados 3 planos mais recentes de cada país voltados à questão da equidade.

4.3 Quadros Comparativos

Quadro 1– Compromissos com foco em Equidade e Inclusão

País	Plano (vigência)	Compromisso	Temas de Equidade/Inclusão abordados
Austrália	2023–2025	Grupos Consultivos de Jovens	Juventude, participação inclusiva, barreiras de engajamento
Austrália	2018–2020	Melhorar a prática do serviço público	Localidade, pobreza, abordagens centradas na comunidade
Austrália	2018–2020	Acesso à Informação	Transparência subnacional, direito à informação, cidadania ativa
Canadá	2022–2024	Dados Abertos para Resultados	Dados desagregados (raça, gênero, deficiência), soberania de dados indígenas
Canadá	2018–2020	Diálogo Feminista e Inclusivo	Gênero, LGBTQ+, juventude, pobreza, deficiência
Canadá	2016–2018	Melhorar Serviços da Receita Federal para populações marginalizadas	Povos indígenas, barreiras a benefícios fiscais, desigualdade regional

Fonte: Australia's Open Government National Action Plan 2021–2023; Canada's National Action Plan on Open Government 2022– 2024

Quadro 1– Compromissos com foco em Equidade e Inclusão (continuação)

País	Plano (vigência)	Metas relacionadas	Indicadores/Instituições Responsáveis
Austrália	2023–2025	Engajar jovens em políticas públicas	Governos federais e agências envolvidas anualmente
Austrália	2018–2020	Adotar práticas locais adaptadas	Mecanismos de aprendizagem interinstitucional
Austrália	2018–2020	Medir percepção pública sobre direito de acesso à informação	Pesquisas públicas e acordos federais-estaduais
Canadá	2022–2024	Disponibilizar dados com recortes sociais	Governo federal; grupos consultivos diversos
Canadá	2018–2020	Consultas adaptadas e inclusivas	GBA+ implementado nos processos consultivos
Canadá	2016–2018	Ampliar acesso a benefícios e participação	Agência de Receita Federal do Canadá; consultas públicas

Fonte: Australia's Open Government National Action Plan 2021–2023; Canada's National Action Plan on Open Government 2022– 2024

Quadro 2- Destaques da Comparação

Todos os compromissos listados mencionam direta e explicitamente temas de equidade ou são construídos com o objetivo de reduzir vulnerabilidades sociais específicas.
Austrália foca mais em participação juvenil, descentralização e abordagens territoriais, promovendo inclusão pela via da governança local.
Canadá apresenta compromissos com maior profundidade nos recortes interseccionais (raça, gênero, identidade), sendo mais explícito quanto à soberania de dados indígenas e participação social ativa com base em justiça social.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Quadro 1.

A análise comparativa entre os planos de governo aberto do Canadá e da Austrália revelou abordagens distintas em relação à equidade, inclusão e participação cidadã. Foram examinados três planos de cada país, totalizando seis documentos no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP), com foco nos compromissos que mencionam diretamente ou tangenciam temas de vulnerabilidade social, desigualdades e assimetrias de poder.

Na Austrália, destaca-se o compromisso com os Grupos Consultivos de Jovens (2023–2025), que visa engajar jovens na formulação de políticas públicas. Essa iniciativa reconhece barreiras de acesso enfrentadas por essa população e busca superá-las por meio de fóruns temáticos anuais. Já nos planos de 2018–2020, observa-se o compromisso de melhoria da prática do serviço público e a promoção da inclusão informacional, baseado em abordagens centradas na localidade, e o compromisso de acesso à informação, com ênfase na participação de governos subnacionais e na promoção do direito à transparência e pesquisas sobre o direito à informação nos diferentes níveis de governo.

O Canadá, por sua vez, apresenta compromissos com uma profundidade maior no enfrentamento das desigualdades estruturais. No plano de 2022–2024, o destaque é o compromisso Dados Abertos para Resultados, que implementa um Plano de Ação de Dados Desagregados com recortes por raça, gênero, deficiência e outros marcadores de identidade. O plano de 2018–2020 introduz o Diálogo Feminista e Inclusivo, com práticas consultivas acessíveis e interseccionais. Já o plano de 2016–2018 inclui medidas para ampliar o acesso a serviços da Receita Federal, especialmente por comunidades indígenas e populações marginalizadas.

Nos seis compromissos analisados, foram identificadas metas explícitas voltadas à promoção da equidade, tais como ampliar o acesso a benefícios públicos, incentivar a participação juvenil e desenvolver indicadores sociais sensíveis à diversidade. Em todos os casos, os compromissos são acompanhados de instituições responsáveis (governos federais, agências especializadas, fóruns consultivos) e, em alguns casos, de mecanismos avaliativos

claros — especialmente no caso canadense.

Quadro 3- Fóruns e Processos Participativos dos Planos de Governo

País	Plano (vigência)	Composição do Fórum de Atores	Organizações Participantes	Forma de Seleção dos Membros	Equilíbrio entre Governo e Sociedade Civil
Austrália	2023–2025	Fóruns temáticos (ex: Grupos Consultivos Jovens)	Governo federal, agências públicas, jovens selecionados anualmente	Convite governamental com foco temático	Governo lidera, mas há espaço para sociedade civil em temas específicos anualmente
Austrália	2018–2020	Fórum Nacional da OGP Austrália	Representantes do governo, ONGs, academia, setor privado	Chamada pública e indicações	Moderado equilíbrio; governo com maior peso decisório
Austrália	2018–2020	Parcerias intergovernamentais e consultas para pesquisas de acesso à informação	Governo federal, governos estaduais e territoriais, instituições de pesquisa	Convites e arranjos administrativos entre entes federativos	Governo predominante; sociedade civil envolvida apenas indiretamente
Canadá	2022–2024	Fórum Multissetorial sobre Governo Aberto	Governo federal, organizações da sociedade civil, comunidades indígenas, grupos LGBTQ+, pessoas com deficiência	Seleção mista: convite, nomeações e representatividade por segmentos	Alto equilíbrio; forte presença de organizações civis
Canadá	2018–2020	Fórum de Engajamento para Igualdade de Gênero	ONGs de mulheres, defensores LGBTQ2+, pesquisadores, governo	Convidados por áreas temáticas + chamadas públicas	Predomínio de sociedade civil nos diálogos
Canadá	2016–2018	Fórum Intergovernamental de Acesso à Receita	Receita Federal, ONGs indígenas, setor caritativo	Convite e escuta ativa	Sociedade civil envolvida como parceira de formulação

Fonte: Australia's Open Government National Action Plan 2021–2023; Canada's National Action Plan on Open Government 2022–2024



Quadro 3- Fóruns e Processos Participativos dos Planos de Governo (continuação)

País	Plano (vigência)	Critério de Equidade?	Atores Envolvidos na Implementação	Menções a Equidade, Inclusão, Vulnerabilidade
Austrália	2023–2025	Sim, com foco em juventude	Agências governamentais e grupos jovens	Participação, juventude, barreiras de acesso
Austrália	2018–2020	Parcial (ênfase em território e localidade)	Comunidades locais, agências federais	Desigualdade territorial, exclusão social
Austrália	2018–2020	Indireto – direito à informação como base da inclusão cidadã	Agências federais e estaduais; apoio de centros de pesquisa	Direito de acesso à informação; lacunas de participação subnacional
Canadá	2022–2024	Sim – critérios interseccionais claros	Diversas esferas do governo + sociedade civil	Inclusão, interseccionalidade, dados desagregados
Canadá	2018–2020	Sim – gênero, raça, exclusão digital	Organizações comunitárias, ministérios	Gênero, LGBTQ2+, pobreza, desigualdade digital
Canadá	2016–2018	Sim – foco em grupos vulneráveis	Receita Federal + ONGs parceiras	Acesso a benefícios, vulnerabilidade indígena

Fonte: Australia's Open Government National Action Plan 2021–2023; Canada's National Action Plan on Open Government 2022–2024

Quadro 4- Destaques da comparação

Austrália adota uma lógica mais institucional, com forte protagonismo do governo federal e fóruns organizados por temas. Os compromissos mais recentes mostram esforço para inclusão, mas ainda de forma pontual e controlada.

Canadá apresenta fóruns mais abertos, com forte presença da sociedade civil e critérios de diversidade explícitos. Mostra evolução no uso de dados para pensar políticas mais justas. Em termos de equidade, o Canadá se destaca por utilizar dados desagregados e valorizar o diálogo inclusivo de forma estruturada.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Quadro 3.

4.3 Discussão dos Compromissos e Ações

A comparação dos planos revela que, embora ambos os países tenham incorporado elementos da agenda de governo aberto, o Canadá demonstra maior amadurecimento e compromisso com práticas equitativas e inclusivas. Seus planos adotam uma abordagem explícita de justiça social, integrando dados desagregados, soberania de dados indígenas, interseccionalidade e participação cidadã com escuta ativa.

A Austrália, por outro lado, adota compromissos mais voltados à descentralização e territorialização de políticas, com foco em juventude e regiões locais. Embora esses compromissos tangenciem questões de vulnerabilidade social, o país ainda apresenta uma estrutura participativa mais centrada no governo, com menor protagonismo da sociedade civil nos fóruns e nas decisões.

Em termos de composição dos fóruns de atores, os planos canadenses mostram maior equilíbrio entre representantes do governo e da sociedade civil. Há também critérios explícitos de diversidade e inclusão, o que fortalece a legitimidade dos espaços participativos. A Austrália avança ao criar mecanismos consultivos temáticos, mas ainda centraliza a iniciativa no executivo federal, com critérios de seleção mais fechados.

A presença de indicadores específicos, como no caso do Canadá, fortalece a avaliação das políticas de governo aberto e amplia sua capacidade de gerar transformações reais. A Austrália, embora mencione objetivos de melhoria nos serviços, ainda carece de mecanismos mais robustos de mensuração e responsabilização.

Assim, os compromissos analisados refletem diferentes estágios de desenvolvimento da agenda de governo aberto: o Canadá prioriza ações voltadas à transformação estrutural e à justiça social, enquanto a Austrália foca em aspectos mais administrativos e setoriais, com avanços pontuais na inclusão.

4.4 Análise Integrada dos Resultados

A partir da análise empírica dos planos de governo aberto de Canadá e Austrália, evidencia-se a relevância dos conceitos trabalhados pelos autores que fundamentam este artigo. A ideia de governo aberto envolve mais do que o fornecimento de dados ou criação de canais formais de transparência: trata-se de uma reconfiguração nas relações entre Estado e sociedade, baseada na confiança, participação cidadã significativa e accountability real.

Ao contrastar os casos analisados, percebe-se que o Canadá se aproxima de um modelo mais denso de governo aberto, como sugerido por Ramírez-Alujas (2025), ao promover transformações estruturais e práticas de inclusão baseadas em recortes interseccionais. O país

adota ações como a coleta de dados desagregados por gênero, raça e deficiência, além de estabelecer fóruns consultivos diversos e representativos. Essas ações refletem o que o autor chama de “mudança de época” — ou seja, uma transformação cultural no modo de governar, e não apenas ajustes superficiais.

Por outro lado, a Austrália representa uma lógica de “época de mudanças”, com reformas incrementais e avanços importantes, mas que ainda se concentram em formatos consultivos menos horizontalizados. O compromisso com os Grupos Consultivos de Jovens, por exemplo, é louvável em termos de engajamento etário, mas ainda limitado em sua estrutura participativa e nos critérios de representatividade.

Schommer e Quiñonez (2024) alertam para o risco de a participação reforçar desigualdades quando não considera as condições institucionais e sociais de seus sujeitos. Nesse sentido, as práticas canadenses demonstram maior aderência ao conceito de equidade substantiva, enquanto a Austrália adota uma abordagem mais funcional. Isso reforça a importância de pensar não apenas em transparência, mas em transparência inclusiva e responsiva, como critério de qualidade democrática.

Por fim, o artigo de Mariani e Bessa (2025) ajuda a refletir sobre os limites do discurso de governo aberto, especialmente no contexto brasileiro, mas aplicável a outros países: a construção de arenas simbólicas de participação pode ocultar relações de poder e reforçar o status quo. A análise dos fóruns da OGP nos planos australianos ilustra essa preocupação: embora institucionalizados, ainda são controlados majoritariamente por representantes governamentais.

Portanto, a discussão revela que o avanço da agenda de governo aberto exige não apenas adesão formal, mas práticas e estruturas que enfrentem de forma direta as desigualdades sociais, promovendo equidade real e redistribuição de poder na arena pública.

5 CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo analisar a incorporação de princípios de equidade, inclusão e participação nos planos de governo aberto do Canadá e da Austrália, à luz de um referencial teórico crítico. A partir da análise dos compromissos assumidos por ambos os países no âmbito da OGP, observou-se que, embora compartilhem os pilares da agenda internacional — como transparência, dados abertos e colaboração —, suas trajetórias e práticas apresentam diferenças significativas.

O Canadá destaca-se por adotar políticas mais abrangentes de justiça social, ancoradas na produção e uso de dados desagregados, no engajamento de populações vulnerabilizadas e na criação de fóruns com diversidade real. Tais ações demonstram compromisso com uma mudança estrutural na governança pública, promovendo accountability com equidade.

A Austrália, por sua vez, demonstra avanços importantes, sobretudo na aproximação com juventudes e no foco territorializado de políticas públicas, mas ainda carece de maior envolvimento da sociedade civil em suas instâncias deliberativas e de mecanismos robustos para enfrentar desigualdades históricas.

Conclui-se que a agenda de governo aberto só será eficaz enquanto estratégia democrática se for acompanhada de instrumentos que reconheçam e corrijam assimetrias de poder. Para tanto, é fundamental fortalecer os espaços de deliberação, garantir diversidade nas vozes ouvidas e transformar dados em políticas públicas sensíveis às realidades sociais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio dos docentes do curso de Administração Pública da UDESC/ESAG.

REFERÊNCIAS

Brélaz, G., Dias, T. F., Reinecke, L. F. G., Nascimento, A. B. F. M., Rodrigues, D.C. (2025) Governo Aberto: Caminhos para transparência, dados abertos, participação, colaboração e accountability. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV EAESP, *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30. <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92960/>

Governo da Austrália. (2025). *Australia's Open Government Partnership*. <https://www.ag.gov.au/integrity/australias-open-government-partnership>

Governo do Canadá. (2024). *Canada's National Action Plan on Open Government 2022–2024*. <https://open.canada.ca>

Mariani, C. B. & Bessa, L. F. M.(2025). Governo aberto no Brasil: Reflexões sobre as relações de poder desveladas pela instrumentação da ação pública. FGV EAESP, *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30. <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90078/87246>

Open Government Partnership. (2025). *Parceria para Governo Aberto*. <https://www.opengovpartnership.org/es/>

Open Government Partnership. (2023). *Australia's Open Government National Action Plan*



2021–2023. <https://www.opengovpartnership.org>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2024).

Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024. Nova York: PNUD, 2024. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>

Ramírez-Alujas, A. V. (2025) ¿Época de cambios o cambio de época? Gobierno abierto en perspectiva Latinoamericana. Fundação Getulio Vargas, FGV EAESP, *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 30. <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92695/87012>

Schommer, P. C. & Quiñonez, A. H. (2024) Accountability, equidade em serviços públicos e governo aberto no Brasil e na Colômbia. *RAP- Revista de Administração Pública- FGV EBAPÉ*, Rio de Janeiro. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/92260/86488>

Statistics Canada (2022). Census Profile, 2021 Census of Population. Ottawa: Statistics Canada. <https://www12.statcan.gc.ca>